



***PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE HOMENS TRANS NA RELAÇÃO
COM A UNIVERSIDADE***

***PROCESOS DE CONSTITUCIÓN DE HOMBRES TRANS EN RELACIÓN
CON LA UNIVERSIDAD***

***PROCESSES OF CONSTITUTION OF TRANS MEN IN RELATION TO
THE UNIVERSITY***

Cibelle Cristina Lopes e Silva¹

Roney Polato de Castro²

RESUMO

O texto apresenta parte dos dados de uma pesquisa de doutorado em educação, discutindo os processos de constituição de estudantes homens trans. As análises partem de narrativas de dois estudantes com foco na produção das transmasculinidades e na relação com a universidade, perpassando o uso do banheiro, a passabilidade, a hormonização.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Homens trans. Masculinidades.

RESUMEN

Este texto presenta datos de un estudio doctoral en educación, que analiza los procesos de formación de estudiantes trans masculinos. Los análisis se basan en las narrativas de dos estudiantes, centrándose en la producción de transmasculinidades y su relación con la universidad, abarcando el uso del baño, la permeabilidad y la terapia hormonal.

PALABRAS-CLAVE: Universidad. Hombres trans. Masculinidades.

ABSTRACT

The text presents part of the data from a doctoral research in education, discussing the processes of constitution of trans male students. The analyses are based on the narratives of two students, focusing on the production of transmasculinities and their relationship with the university, encompassing bathroom use, passability, and hormone therapy.

KEYWORDS: University. Trans men. Masculinities.

¹ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

² Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

* * *

Introdução

Este texto se relaciona à experiência de uma docente universitária que constituiu um corpo sensível às afetações vindas dos/as estudantes, que fez irromper algo ainda não pensado e que se tornou objeto de problematização. Os argumentos aqui apresentados se desdobram de uma tese de doutorado em educação, cuja centralidade se interpôs sobre as vivências de estudantes trans na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A pesquisa mobilizou a docente a tomar os acontecimentos que lhe passavam como modo de problematizar os processos de constituição desses/as estudantes na universidade.

Jorge Larrosa (2014) nos inquieta a pensar a experiência como algo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, irrompendo o cotidiano constituído pelos excessos de informação, de opinião e de trabalho, pela velocidade com que nos são dados os acontecimentos e pela obsessão por novidade. Nesse sentido, a experiência é rara porque nos desafia a constituir um corpo sensível, instaurando um gesto de interrupção, para pensar, olhar, escutar, sentir e falar diferentemente, cultivando a lentidão e a abertura ao outro.

Quem vivencia a vida universitária certamente concordará que a experiência, no sentido proposto por Larrosa (2014), é algo desafiador: trata-se de um cotidiano atribulado, de muitos afazeres. Na velocidade dos acontecimentos, acaba-se por atropelar a possibilidade de que algo nos passe, nos aconteça, nos toque. Entretanto, promover gestos de interrupção é criar afetações que nos conduzem a outros modos de conceber e de estar na universidade. Tais gestos são atos intencionais, premeditados: certa postura e presença, sobretudo de abertura para o outro.

Sob as perspectivas de Michel Foucault (2006) e Jorge Larrosa (2014), entendemos que a pesquisa é espaço-tempo de problematização e experiência. Desse modo, a pesquisa se iniciou com uma docente sensível aos riscos de se deixar afetar pelas conversas com seus/suas estudantes. Nas aulas, pelos corredores, na cantina: muitos espaços de encontros, muitas possibilidades de afetação. Problematizar as vivências de estudantes trans na universidade exigiu o desafio de constituir olhos e ouvidos para tecer uma tese cuja escrita pudesse acompanhar as narrativas dessas vivências, entremeando-as com um campo de estudos. Foi preciso mergulhar nesses estudos para produzir uma investigação com as vivências de estudantes trans. Assumiu-se um referencial que pudesse constituir um modo de escutar.

A investigação contou com a valiosa participação de cinco estudantes (três mulheres trans e dois homens trans) que estavam vinculados/as à UFMA no momento em que a pesquisa se realizava. Foram os contatos pessoais que trouxeram esses/as estudantes para a pesquisa. Neste artigo faremos um recorte, apresentando apenas a discussão empreendida com a participação de dois estudantes que se definiam à época como homens trans, com o intuito de discutir sua constituição na relação com masculinidades: Antônio (nome social utilizado na tese com o consentimento do participante, a partir de procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética) e João (nome fictício proposto pelo participante que não consentiu a utilização de seu nome).

A estratégia metodológica escolhida foi a entrevista narrativa (Sandra Jovchelovitch; Martin Bauer, 2002), realizada via plataforma *Google Meet*, considerando que se tratava do período de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19. Por metodologia, entendemos “um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa”, conduzido pelas teorizações às quais nos filiamos, desdobrando-se em procedimentos de produção de dados e estratégias de análise (Dagmar Meyer; Marlucy Paraíso, 2014, p. 18). Assim, a entrevista narrativa possibilitou que cada participante reconstruísse vivências de sua trajetória na relação com a universidade, a partir da interpelação pela docente-pesquisadora, valorizando os sentidos atribuídos aos acontecimentos, as peculiaridades acionadas nas memórias e as sensibilidades que atravessaram essas memórias.

As análises das narrativas produzidas pelos participantes no momento de realização das entrevistas tiveram como inspiração as perspectivas dos estudos pós-estruturalistas e foucaultianos, que nos possibilitaram vincular as narrativas aos discursos socioculturais e às práticas sociais de gênero que instituem, insinuam, normatizam, delimitam formas de constituição das subjetividades. Atentando-nos ao que foi dito e não buscando um discurso ‘oculto’, procuramos problematizar o que emergia nas narrativas, entendendo que não nos cabia ‘interpretar’, mas estabelecer relações com espaços, tempos e procedimentos de exclusão e interdição dos discursos, com o que o próprio discurso põe em funcionamento, práticas enunciativas que estão ‘vivas’ nos discursos e que nos chegam por meio das narrativas.

Nossa ação na pesquisa foi discutir o que nos chegou e relacionar os ditos com um enredo discursivo mais amplo, o qual é constitutivo de efeitos de realidade e marcado por relações de poder. Tal efeito nos remete à perspectiva de que as práticas discursivas formam sistematicamente os objetos de que falam, ou seja, mais do que designar coisas,

é preciso fazer aparecer os modos como as coisas são designadas, algo irreduzível ao ato de fala (Michel Foucault, 2008, p. 55). Com as entrevistas narrativas pudemos acompanhar o ‘afrouxamento’ das relações entre as palavras e as coisas por elas designadas, entendendo que há características dessa prática discursiva que produzem modos de enunciar e que têm efeitos sobre o mundo. Trata-se, desse modo, de colocar essas práticas em suspenso e questionar as tramas que lhes permitem aparecer e serem enunciadas (Michel Foucault, 2008).

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o texto se organiza em três seções que discutem alguns dos aspectos que se deram a ver e a pensar com a pesquisa. Primeiro, o encontro com os participantes e como se definiam e se reconheciam enquanto sujeitos transmasculinos. Segundo, uma discussão sobre as relações com determinados espaços da universidade, como os banheiros. E, por fim, uma discussão sobre a produção ‘hormonal’ da passabilidade como modo de proteção e de permanência na universidade.

Os encontros com os participantes e suas transmasculinidades

Antônio e João são ex-estudantes da docente e tiveram suas trajetórias acadêmicas por ela acompanhadas, antes mesmo da realização da pesquisa. Naquele momento, Antônio havia sido aprovado no mestrado em Artes Cênicas e João estava finalizando o curso de licenciatura em Geografia, ambos na UFMA. A aproximação da docente com os estudantes se deu por vias distintas. De Antônio, após uma aula, no corredor, a docente recebeu um questionamento que lhe fez colocar em suspenso seu lugar de docente universitária: “*professora, o que eu sou?*”. Antônio passava por momentos mais específicos de transição e constituição de si e parece ter visto na docente alguém que tinha as respostas de que ele precisava. Em vão. Embora ocupasse um lugar de poder – o lugar do conhecimento conferido pela universidade – entre o estudante e a docente produziu-se um silêncio perturbador. Aquela pergunta continuou a ecoar na docente.

O encontro inquietante com João se deu na cantina da universidade. Enquanto tomava um café, a docente se deparou com ele, aparentemente angustiado, preocupado. Ao interpellá-lo, ouviu que tal angústia se devia ao fato de vivenciar um corpo masculino que menstruava e de estar preocupado com seu processo de hormonização. Faltava dinheiro e faltava medicamento. Ele tinha uma questão: “*Professora, eu não sei mais conviver com menstruação, isso não faz parte de mim*”. João questionou a docente se havia algum setor na universidade que pudesse auxiliá-lo com essa questão. Havia o ambulatório da sexualidade, atendimento oferecido pelo Hospital Universitário. João já

conhecia o serviço e, aparentemente, ele não tinha encontrado nele o apoio de que necessitava.

Os relatos sobre os encontros com Antônio e João são aqui acionados como modo de insistir na perspectiva de uma pesquisa que se produziu a partir de questionamentos que atravessaram a constituição da docente, os quais foram capazes de inquietar o que passava despercebido, o que, à princípio, não se dava a ver na atribuição do trabalho na universidade. Os dilemas vividos pelos dois estudantes chamaram a atenção da docente para um campo de estudos e de produção acadêmica envolvendo as transgeneridades e, nesse caso específico, as transmasculinidades enquanto processos históricos, sociais e culturais.

Um primeiro aspecto a se considerar, tomando as questões que afligiam Antônio e João, é que constituir subjetividades é um processo conflituoso, negociado, atravessado pelos fluxos ‘do fora’ que interpelam e convocam a ocupar posições de sujeito e a partir delas enunciar narrativas de si, a produção de um saber que toma a si próprio como objeto de atenção e de problematização. Estamos tratando especificamente da constituição de subjetividades transmasculinas, o que nos coloca diante de certas questões que envolvem jogos de forças entre singularidades e coletividades. Sobretudo, tratamos de sujeitos a quem é atribuído um sexo-gênero no nascimento, mas que, ao longo de sua existência, se tornam dissidentes das normas, ou seja, não cumprem o ‘roteiro pré-definido’ para a constituição dos sujeitos que preconiza a coerência entre um sexo (um aspecto biológico), um gênero (entre dois – masculino ou feminino) e uma forma de sexualidade (o desejo pelo que seria o sexo-gênero ‘oposto’) (Judith Butler, 2003).

Sujeitos transmasculinos reivindicam seu reconhecimento social e legal a partir do gênero com o qual se identificam (Berenice Bento, 2008; Jaqueline Jesus, 2010), o que perpassa, de modos diversificados, a inconformidade da atribuição do sexo-gênero no nascimento como destino imutável. O corpo adquire centralidade nesse processo: a coerência automática e naturalizada entre sexo e gênero se torna problemática. O corpo materializa e dá a ver uma subjetividade que não corresponde à imputação arbitrária de gênero, de modo que os sujeitos transmasculinos poderão fazer de seus corpos um projeto sempre inacabado, a fim de produzir sentidos de coerência com as percepções socioculturais de gênero que consideram mais pertinentes. Nesse sentido, a pretensa fixidez dos atributos biológicos é desafiada e subvertida.

A fala de João no encontro com a docente sugere que essa percepção é atravessada por determinados processos, sobretudo biológicos, que afetam a experiência desse corpo

transmasculino. Um corpo masculino que menstrua é uma possibilidade que nem sempre é bem-vinda, considerando que usamos a ideia de transmasculinidades no plural. Além disso, João traz outro atravessamento importante, relacionado às implicações socioeconômicas de se engajar no corpo como um projeto: a aquisição de medicamentos, hormônios, nem sempre é algo facilitado em função dos custos; essas substâncias nem sempre estão disponíveis no sistema público de saúde.

Não há consenso em se tratando de um termo para designar a constituição subjetiva e a experiência de pessoas que foram designadas como meninas no nascimento, mas que, em algum momento de suas vidas, mudaram sua forma de autopercepção e de exposição pública de seus corpos, adotando, de diferentes modos, recursos que marcam nesse corpo seu entendimento próprio como um sujeito masculino, forjado nos significados culturais e históricos das relações de gênero. Isso nos possibilita pensar que a perspectiva colonial-ocidental de gênero binário pode ser desconstruída e que, como argumenta Butler (2003), ‘homem’ e ‘mulher’ são categorias ficcionais e discursivas com efeitos de realidade nos corpos e na organização da sociedade.

Paul Preciado (2018, p. 137) relaciona ‘cis’ e ‘trans’ como uma “distinção ontológico-política”, sendo ‘cis’ “um corpo que conserva o gênero que lhe foi atribuído no nascimento” e ‘trans’ “um corpo que se utiliza de tecnologias hormonais, cirúrgicas, protéticas ou jurídicas para modificar essa atribuição”. Tratam-se de dois *status* de gênero biopolítico tecnicamente produzidos, que “dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comuns”. O que diferencia essas duas categorias é, na concepção de Preciado (2018), a resistência à norma e a percepção dos processos técnicos que produzem os gêneros como “ficções somáticas de masculinidade e feminilidade”, além das técnicas de reconhecimento social no espaço público. Assim, sujeição e ‘empoderamento’ não dependem da “rejeição de tecnologias em nome da natureza, e sim do uso diferenciado e da reapropriação das técnicas de produção da subjetividade” (Preciado, 2018, p. 139).

Podemos, nesse sentido, operar com a categoria ‘transmasculinidades’ para nos distanciar das concepções patologizantes das ciências médicas (Simone Ávila, 2014) e enfatizar a agência de pessoas que se colocam em processo de constituir uma subjetividade distinta daquela preconizada a partir de sujeitos que foram assignados como pertencentes ao sexo-gênero feminino no nascimento, mas que, posteriormente, passaram a forjar uma experiência social e subjetiva masculina. Esse processo se dá independentemente do recurso a intervenções cirúrgicas. Simone Ávila (2014) vai acionar

a categoria ‘transexperiência masculina’ como modo de demarcar o que é vivido, pensado, sentido diante do (auto)reconhecimento de sujeitos como ‘transhomens’, perpassando as relações sociais, as mídias e meios de comunicação, os discursos médicos e de gênero. São múltiplas as próteses que se vinculam aos corpos (por exemplo, vestimentas, acessórios), as performances e as possibilidades de intervenção (uso de cosméticos, hormônios, tratamentos, cirurgias, etc.) para produzir as transmasculinidades (Ávila, 2014).

As subjetividades transmasculinas não são essências, mas efeitos de processos em constante atividade, por vezes contraditórios ou conflituosos. Uma “masculinidade sem pênis” (Ávila, 2014) pode tanto desestabilizar e modificar formas padronizadas e valorizadas de masculinidade, colocando em questão a arbitrariedade da atribuição de sexo-gênero, o essencialismo que reduz o sujeito aos genitais e a binaridade normativa, quanto investir na reiteração de modelos que conferirão um sentimento de legitimidade e aceitação social. No decorrer de sua existência, o sujeito continua a sofrer os efeitos das tecnologias visuais de identificação utilizadas no nascimento. A atribuição do sexo-gênero é sempre adiada e sempre retomada e atualizada, constituindo modos de ver e de dar a ver tendo como critérios visuais elementos como os caracteres sexuais secundários (voz, barba, musculatura, etc.).

Entender-se e reconhecer-se como homem ou como um sujeito masculino é forjar para si mesmo uma “bioficção somatopolítica” (Preciado, 2018), a partir de diferentes tecnologias de subjetivação de gênero, produzindo “um saber interior sobre si mesmo”, uma ficção com efeitos de realidade e que condensa saberes específicos sobre si mesmo (Preciado, 2018, p. 127). Podemos argumentar que categorias como transhomem ou transmasculino agem como “núcleos biopolíticos e simbólicos [...] em torno dos quais é possível aglutinar todo um conjunto de discursos e práticas performativas” (Preciado, 2018, p. 127). Assim, ter uma aparência ‘a mais masculina possível’ pode ser uma forma de autoafirmação de sua masculinidade (Ávila, 2014).

Entre cismasculinidades e transmasculinidades, múltiplas relações com as normas de gênero que produzem a inteligibilidade dos corpos (Butler, 2003) podem ser assumidas. Mas, as transmasculinidades frustram as expectativas de coerência entre sexo e gênero e de uma vida performatizada segundo a primazia do órgão sexual. Por isso, elas podem ser patologizadas e subalternizadas pela imposição da cisnormatividade, ao eleger e instituir, discursivamente e materialmente, alguns gêneros como “naturais, normais,

verdadeiros e ideais – com a consequente estigmatização, marginalização e desumanização de gêneros inconformes” (Vergueiro, 2016, p. 61).

Em função do modo como os participantes da investigação se apresentaram quando lhes foi solicitado, utilizaremos o termo ‘homens trans’ para nos referirmos a eles, ainda que ele expresse uma adjetivação que qualifica o sujeito e o insere no binário normativo homem/mulher. No bojo de sua pluralidade, a experiência transmasculina inclui modos de autodesignação atrelados à constituição discursiva do sujeito por diferentes instâncias, notadamente as mídias e as redes sociais. Para começar, trazemos o momento em que Antônio se apresenta: *“Eu sou Antônio, eu tenho 25 anos e sou um homem trans. Sou licenciado em Teatro e no momento eu estou seguindo meus estudos na área de artes cênicas [...]”*. (Antônio – entrevista – 2021). O nome social vem em destaque, abrindo sua narrativa e, como pontuam Keo Silva e Alexandre Vaz (2019), representa uma arena importante na disputa pelo reconhecimento das pessoas trans no Brasil. Segundo os autores, a conquista do nome social e os modos com os quais a política foi se configurando nas relações presentes no espaço acadêmico possibilitaram o acesso à educação formal, em especial à universidade. Ainda segundo Keo Silva e Alexandre Vaz (2019), a política do nome social viabiliza a permanência de discentes trans na universidade e, além disso, impulsiona outras discussões que são comuns às experiências trans, como, por exemplo, o uso do banheiro.

O nome social pode ser entendido como o nome com o qual a pessoa trans se reconhece, se identifica e também é reconhecida em suas relações sociais cotidianas. Segundo Berenice Bento (2008), a ausência do reconhecimento impacta profundamente nas trajetórias de vida das pessoas trans em diferentes instâncias do social, por vezes figurando como elemento de exclusão. Em se tratando de nome, recorremos a uma situação envolvendo o outro participante, João. A docente estava ministrando sua aula na universidade e ele era seu aluno. Em um dado momento, ela precisa chamá-lo, dizendo seu nome em voz alta. João se assustou, dizendo que ainda não tinha se acostumado a ser chamado por seu nome social e que ser reconhecido dessa forma era uma novidade. Para Keo Silva e Alexandre Vaz (2019) o nome social cumpre a função de reconhecimento, enquanto política institucional dos espaços acadêmicos para as pessoas trans, quando funciona efetivamente nas instituições, em suas diferentes instâncias, como bibliotecas, restaurante universitário, sistema eletrônico de chamada, entre outras que demandam a identificação pelo nome.

João também iniciou sua apresentação pelo seu nome social, no entanto, solicitou que não fosse identificado na pesquisa. O marcador social raça está presente em sua narrativa: [...] *sou graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão e, de acordo com a minha pesquisa, eu sou o único homem trans preto graduado na Geografia [...]* (João – entrevista – 2021). Assim como Antônio, João reforçou seu gênero quando se autoidentificou como homem trans. Já a questão da raça perpassa outros momentos da entrevista, como quando João fala da escolha do curso superior:

“Minha vontade de ser professor vem desde pequeno, sempre tive vontade de ser igual meu professor de Geografia dos Anos Iniciais. [...] Ele era o único, ele era preto e era professor. E tipo assim, era o preto que podia gritar com o pessoal, entendeu? Porque ele era o professor, então, eu queria ser igual” (João – entrevista – 2021).

Ao se reconhecer como o único homem trans negro cursando Geografia, João apresenta a herança da discriminação e do racismo que aloca as pessoas pretas em lugares sociais inferiorizados. Um pensamento interseccional permite-nos inferir que o marcador gênero, associado à raça, no nosso caso, um homem trans negro, pode contribuir para que essa posição social seja ainda menor. As marcas da diferença são elementos que conduzem a pensar nas transmasculinidades como heterogêneas, ou seja, embora compartilhem certos aspectos relativos à transição de gênero, raça, classe, orientação sexual, idade entre outros demarcam as hierarquias entre as formas de masculinidade, produzindo privilégios, limites e violências. Corporificar uma masculinidade é um processo atravessado interseccionalmente por outros marcadores (Letícia Boffi; Manoel Santos, 2024). Ser ‘lido’ socialmente como homem é algo que diverge em relação às dinâmicas de interação entre eixos de subordinação. Assim, “as transmasculinidades negras são socialmente vinculadas à noção de corpo-ameaça, segundo a qual tais indivíduos são alocados e automaticamente associados a uma propensão a praticar atos de violência” (Boffi; Santos, 2024, p. 13). O racismo funciona como modo de marginalizar e marcar as existências de homens trans.

O ingresso e a permanência de João no Ensino Superior e o fato de se tornar professor têm um significado que demarca um movimento sociopolítico de confronto direto com posições racistas e transfóbicas. Formar-se e tornar-se professor fazem com que João subverta um sistema de opressão cujos pilares se sustentam no racismo e na reprodução da cis-heteronormatividade. João vê na educação uma possibilidade de investir em outros projetos sociais, menos excludentes. Ao ficcionar esse lugar para si

mesmo, ocupando a posição de sujeito homem trans, negro e professor, João torna a sua vida pensável, uma possibilidade humana a ser afirmada. No entanto, essa mesma vida pode figurar como o fantasma que ameaça a ordem, sexual, racial e de gênero vigente. Se o projeto social racista e cisheteronormativo se pauta na negação das vidas trans negras é preciso criar saídas e ampliar as possibilidades do que se entende como humano (Butler, 2024).

Há momentos das narrativas, tanto de Antônio quanto de João, em que a universidade se estabelece enquanto campo de possibilidades de deslocamentos de sentidos e percepções de si. É como se a universidade oferecesse um espaço de formação para além dos limites da produção do conhecimento científico, que diz da constituição de sujeitos a partir de processos de subjetivação e dessubjetivação, figurando como espaço de múltiplas possibilidades de pensamento. A universidade torna-se um lugar possível para produção e movimentos de modos de constituição de sujeitos. A conversa no corredor, quando Antônio pergunta “*professora, o que eu sou?*”, é mais um marcador importante desse movimento. É na universidade que Antônio encontra o alicerce e as bases das possibilidades de pensar a si mesmo e o que veio se constituindo. Antônio desestabiliza a estrutura cis-heteronormativa ao figurar como corpo insistente em seus objetivos acadêmicos. É um sujeito da experiência, aquele que rompe os limites da própria subjetividade, que traça o caminho de transformação sobre si, governando-se de outra maneira, acionando outros modos de ser e agir. Segundo Foucault (2006), a subjetividade não é algo que somos, mas, sim, um movimento que nós fazemos, é proposicional, proativa, desassossegada, constituída em oposição ao movimento de descobrir ou encontrar a si.

Para João, a universidade representa uma estratégia de sobrevivência de um corpo que se constitui alvo de interdições e violências, simplesmente por ousar existir e desviar de um padrão. O conhecimento científico extrapola os muros da universidade e passa a fazer parte da constituição de um sujeito que se guarda, que se protege, que precisa estar atento. Aqui, a ciência faz parte da vida e, mais que isso, ela é proteção para a vida:

“[...] Geografia é vida, a minha vida trans é uma guerra. Então, eu tenho que construir territórios, construir muros, construir lugares, espaços onde eu possa me sentir bem. Então, estudar Geografia para mim é estratégico, pura estratégia de vida mesmo, de montar guerrilhas. [...] a minha ideia de ser geógrafo é estar pronto para uma guerra” (João – entrevista – 2021).

João nos diz que sua vida trans é uma guerra. Uma metáfora para dizer da violência e da ameaça iminente à sua integridade física. Alongando os sentidos dessa metáfora, podemos inferir que a guerra aciona um repertório simbólico no qual lados em confronto são inimigos, sendo o extermínio do outro uma estratégia viável e admitida (Márcia Leite, 2012). Ruas, casas, escolas, universidades se tornam campos de batalha pela vida. A metáfora da guerra também aciona os modos como as masculinidades são implicadas socioculturalmente em diferentes formas de violência (Rayween Connell, 1995). Tomando a fala de João, o ‘outro’ é a alteridade negra transmasculina, aquela que ameaça e é vista como inimiga da ordem social branca e cis-heteronormativa. Nos últimos anos temos acompanhado a mobilização de grupos conservadores contrários ao reconhecimento da humanidade de pessoas trans, negando-lhes direitos, políticas, dignidade. Cultivando um pânico moral generalizado e um discurso de ódio, esses grupos miram nas pessoas trans para dar vazão aos seus ‘medos apocalípticos’ do gênero (Butler, 2024).

A narrativa de João expõe as violências a que as pessoas trans estão submetidas. “[...] *Geógrafos sabem se localizar, a Geografia para mim, enquanto pessoa trans, é estratégia, estratégia de sobrevivência*” (João – entrevista – 2021). Novamente, a metáfora da guerra é acionada: é preciso ser estratégico para sobreviver. Ao justificar sua relação com a Geografia, João identifica nos conhecimentos dessa área os recursos estratégicos necessários para se proteger. Durante a entrevista, João destacou essas estratégias de sobrevivência. Ao escolher um local de moradia, ele avalia se é um local superpopuloso, se é próximo do trabalho ou da casa de sua mãe, justificando que, se algo lhe acontecer, ele estará próximo de familiares. A preocupação com a segurança parece uma constante. À época de realização da pesquisa, João residia em um local próximo a um hospital, a uma delegacia, próximo à sua mãe e aos seus amigos.

Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013) argumentam que, cotidianamente, observa-se que viver como pessoa trans, mesmo que seu corpo não visibilize isso, implica vivências marcadas por recorrentes e, por vezes, duradouros episódios de discriminação e de violências múltiplas. Esses episódios acabam obrigando essas pessoas à construção de estratégias criativas através das quais é repensada a própria existência. Esses episódios estão presentes em diversos espaços sociais em suas mais variadas formas, expressos através de agressões verbais diretas, de olhares maliciosos, de comentários irônicos, de interdições, de agressões físicas e até de assassinato. Reiterando o que escreve Letícia Nascimento (2021), as pessoas trans nunca estão seguras, nem a passabilidade garante o

trânsito seguro de um corpo trans. Um corpo trans é um corpo matável, sobretudo quando consideramos a intersecção com outros marcadores, como no caso de João, que passa a ser lido como um homem negro, com todas as implicações racistas que advêm disso.

O banheiro e sua arquitetura transfóbica produzindo medos e violências

Considerando ainda a discussão sobre as formas de ataque sofridas pelas pessoas trans, destacamos aqui o banheiro como espaço social de produção de violência contra essas pessoas. Preciado (2019) argumenta ser o banheiro muito mais do que um espaço para excreção fisiológica: trata-se de uma tecnologia de gênero que opera a partir do binômio público-privado. Um elemento marcante é a placa que geralmente se dispõe nas portas dos banheiros: Masculino ou Feminino. Essa é uma interpelação de gênero, como se ao adentrar àquele espaço nosso objetivo fosse ‘refazer’ nosso gênero. Nesse sentido, o controle do uso público do banheiro se exerce a partir de práticas regulatórias de visualidade: intensa vigilância no banheiro feminino, onde qualquer ambiguidade de gênero precisa ser apurada e denunciada e onde se deve subtrair as funções fisiológicas femininas do olhar público; separação imperativa da genitália e do ânus no banheiro masculino – o mictório ao alcance do olhar público, como modo de gerar vínculos de sociabilidade, e a cabine protegendo contra uma possível ‘tentação homossexual’ (Preciado, 2019).

Considerando o banheiro como um espaço de regulação que atualiza processos de subjetivação e normatiza os gêneros em sua forma binária, os corpos trans figurarão como desviantes, pois podem burlar ou colocar em tensionamento essa divisão naturalizada. Como um significante de gênero, o banheiro pode vir a se constituir espaço de insegurança, medo, constrangimentos e violências para pessoas trans. A narrativa de João não diz de ataques sofridos, mas diz da ciência do banheiro como espaço de produção de violências e até de estratégias para não precisar usá-lo. O uso do banheiro sempre estava acompanhado de pensamentos de autoproteção e/ou hipóteses de agressão:

“[...] Eu ficava com muito medo, às vezes, de apanhar no banheiro. Quando eu... Eu lembro que quando eu estava no processo de transição, que eu ainda não me sentia seguro para entrar no banheiro, eu não fazia... Eu não usava o banheiro da universidade, eu usava em casa. Fazia xixi em casa, não tomava água na universidade para não ir ao banheiro” (João – entrevista – 2021).

A narrativa de João nos coloca a pensar no uso do banheiro como um elemento de privilégio cisgênero. O interdito desse direito é uma ação que se direciona de forma mais sistemática aos corpos que expressam ambiguidades. Ainda que João viesse se constituindo, em sua subjetividade, como um sujeito masculino, seu corpo denunciava a transição, um corpo marcado por um regime de visualidade que atribui, automaticamente, certas características em função de elementos visíveis, sobretudo, embora não somente, os ditos caracteres sexuais secundários, os cabelos e a forma do corpo. Habitar a fronteira e expressar ambiguidade é, na experiência de João, um lugar não apenas de insegurança, mas de restrições. Entre a sede e a possibilidade de ter que usar o banheiro na universidade, João usa como estratégia não tomar água e ir ao banheiro apenas em sua casa. As necessidades fisiológicas de excreção corporal precisam se submeter às normas e a garantia do pleno direito ao ensino superior e à permanência na universidade é colocada em xeque nessas ocasiões. João identifica esse tensionamento:

“Nas filas do banheiro, que eu chegava e os meninos sempre usavam o mictório, né? Tem o mictório e tem a outra parte, né? Quando eu me sentia seguro, eu, ao entrar no banheiro, usava a parte da porta, né?”
(João – entrevista – 2021).

“[...] o banheiro é um espaço de segregação. Porque tudo é binário. Todos os espaços são binários, esse banheiro aqui é feminino, esse aqui é masculino, esse banheiro é de professores e esse de professoras. É tudo binário, nunca é pensado para a gente. A estrutura arquitetônica, ela é transfóbica. Ela é transfóbica!” (João – entrevista – 2021).

A arquitetura é transfóbica. Se as placas identificam os banheiros como espaços legítimos e próprios para dois – e apenas dois – gêneros (masculino ou feminino) e se a arquitetura dos banheiros possibilita que pessoas exerçam seu direito básico de excreção fisiológica de modos distintos, já que temos mictórios em apenas um dos banheiros, a denúncia de João nos conduz a pensar que gênero, para além de um componente da subjetividade, é também um organizador social que produz formas de exercício do poder. Tomando a significação dicionarizada³, arquitetura é a arte ou ciência de ‘projetar’ construções que expressem certos valores estéticos e atenda a certas necessidades humanas. Diz respeito aos modos como se dispõem e se organizam os elementos das construções, envolvendo planejamento e especificações particulares.

³ Significado consultado em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquitetura>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Sob tais perspectivas, a arquitetura tem sido transfóbica. Como produção cultural, os modos de projetar, construir, dispor, organizar os elementos que compõem o espaço do banheiro estão discursivamente informados. Isso implica que a arquitetura do banheiro é uma tecnologia social de gênero, um modo de reiterar as normas. Como argumenta Preciado (2019, p. 4), [n]ão vamos aos banheiros para evacuar, mas sim para fazer nossas necessidades de gênero [...] para reafirmar os códigos da masculinidade e da feminilidade no espaço público”. Essa arquitetura “fabrica gêneros enquanto, sob o pretexto da higiene pública, diz se ocupar simplesmente da gestão de nossos lixos orgânicos”. Nesse sentido, a política institucional da universidade, como um espaço público, pode atuar reiterando essas normas e, assim, precarizar as vidas de pessoas trans.

“[...] eu lembro uma vez que teve uma situação, não muito agradável, porque a menina ia entrar no banheiro e ela não viu a placa, ela pensava que era o feminino e ela foi entrando. Aí, um cara falou assim: “olha aí, olha aí, oh, querendo entrar no banheiro masculino, deve ser bem sapatão”, aí tipo assim, eu fiquei: “imagina se esse cara souber que sou um homem trans, ele vai me dar tanta bolacha aqui” (João – entrevista – 2021).

“[...] Porque era eu sozinho, eu não podia fazer corpo ali: “não pô, mulher não sei o quê...”, não podia! Então era eu só, se ele inventasse de me dar uma porrada ali, até me acharem naqueles banheiros da UFMA, eu já estava morto ali, já. Então, teve também aquele episódio de terem assassinado um menino no campus, dentro do banheiro [...] O negócio que já era complicado ir ao banheiro sozinho, imagine depois dos acontecimentos. Então, quando aconteceu isso, eu fiquei bastante reflexivo, falei: “caramba, se eu não tivesse tão passável quanto eu estou, talvez eu seria essa menina.”, que entrou no banheiro achando que poderia usar” (João – entrevista – 2021).

João reconhece o banheiro masculino como um lugar da possibilidade de violência. A iminência da violência física produz medo e insegurança, ao passo que educa para as relações de gênero como relações de poder atravessadas pela sexualidade. Duas lições se produzem. Primeiro: uma mulher que entra no banheiro masculino “*deve ser sapatão*”. O sujeito embaralha as noções de gênero e sexualidade, entendendo que lesbianidade e masculinidade são equivalentes. Ao que parece, na perspectiva dele, a ‘*sapatão*’ quer ser homem e o banheiro é, justamente, o lugar para que esse tipo de corporificação aconteça, já que esse espaço pode educar para a reafirmação das normas de gênero. Segundo, a afirmação de certa masculinidade pode se dar pelo uso da força e da violência. O medo, nesse caso, não é um sentimento aleatório, mas diz sobre a

constituição cultural do homem como aquele que, frequentemente, se relaciona com as outras pessoas a partir da violência.

Não desejamos com esse argumento afirmar que há uma relação direta entre masculinidade e violência, algo como uma essência que se produz por fatores biológicos e psíquicos. Entendemos que as masculinidades são socialmente construídas, variando entre culturas, no interior de uma mesma cultura e no transcorrer de certo período de tempo na relação com múltiplas variáveis, coletivas e individuais (no curso de uma vida), como raça, sexualidade, geração, entre outras (Michael Kimmel, 1998). Tal construção é enredada por relações de poder que conferem privilégios e precariedades, relações essas que envolvem uma oposição a um conjunto de ‘outros’, sobretudo mulheres, homens gays, pessoas trans e outros homens que não partilham de certos valores e posturas consideradas significativamente importantes em dados contextos. Desse modo, masculinidades violentas constituem determinadas posições de sujeito no âmbito de relações de poder, incluindo relações de dominação, marginalização e cumplicidade com outras masculinidades (Connell, 1995).

O medo e a preocupação de João em relação às possíveis violências no uso do banheiro também podem ser relacionados aos dados sobre violências contra pessoas trans no Brasil. O país é apontado como o que mais assassina pessoas trans no mundo, a partir de pesquisa realizada pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Em 2024 foram registrados 122 assassinatos de pessoas trans. A pesquisa aponta para o problema da subnotificação e inconsistência dos dados sobre casos de violências contra pessoas trans. A maioria dos assassinatos foram praticados contra jovens trans entre 15 a 29 anos e contra travestis e mulheres trans (das 122 vítimas, 117 eram travestis/mulheres trans). Os estigmas relacionados à corporificação do gênero e, sobretudo, às travestilidades, representa, fatores de vulnerabilidade. Conforme aponta o relatório, “imagem, estética e aparências não normativas são fatores de alto risco para o assassinato e violências”, ou seja, as pessoas trans que não expressam inconformidade de gênero explicitamente em seus corpos não estarão expostas às mesmas violências que as demais (Bruna Benevides, 2025, p. 79).

A narrativa de João é o que nos permite construir a relação, ainda que não generalizável, entre masculinidade e violência. Além disso, sua narrativa corrobora, de certo modo, os dados do relatório da ANTRA, sobre a relação entre violência e não conformidade corporal às normas de gênero e sobre feminização de corpos entendidos como biologicamente masculinos serem alvos preferenciais dessas violências. Ele fala do

medo de ir ao banheiro sozinho, do medo da agressão física; ele relata um caso de assassinato no banheiro da universidade. Sobretudo, ele identifica que essa violência pode ser uma ação dirigida às mulheres e, no seu caso, às masculinidades marginalizadas. Ele faz isso ao se colocar no lugar da menina que foi alvo do comentário preconceituoso: “*caramba, se eu não tivesse tão passável quanto eu estou, talvez eu seria essa menina*”. Como argumenta Guilherme Almeida (2012, p. 519), o ‘*passing*’ (a passabilidade) se relaciona com a habilidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Isso envolve “tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero”. João atribui a essa habilidade a possibilidade de não ter se tornado alvo no banheiro.

A passabilidade produz o desconhecimento social de sua transição (Almeida, 2012), a partir de uma leitura social generificada de seu corpo como enquadrada em um gênero que não o designado ao nascer, de modo que a modificação física é significada culturalmente como associada ao binarismo, à cisgeneridade e, por conseguinte, à congruência entre ‘sexo biológico’ e o gênero a ele associado (Letícia Boffi; Luiza Barbosa; Mariana Hasse, 2025). Isso possibilita constituir estratégias contra a marginalização e contra as possíveis violências impostas a partir de uma leitura social que denuncie a transição.

Passabilidade e (auto)reconhecimento como sujeito masculino

Passabilidade é uma questão que se configura na trajetória de Antônio e de João como possibilidade de estarem mais seguros e protegidos da transfobia, além de estar relacionada com o autorreconhecimento enquanto sujeito masculino. Percebemos isso ao apresentarmos, anteriormente, o encontro com João e seu dilema em torno da menstruação e do acesso à hormonização como fatores limitantes da construção social de um corpo masculino. Como argumenta Guilherme Almeida (2012), o fato de as pessoas não saberem da transição e não identificarem esses sujeitos como trans, possibilita o que o autor denomina de ‘camuflagem social’, favorecendo o conforto, a satisfação pessoal e o acesso a direitos, ainda que isso signifique organizar uma vida sob os padrões hegemônicos que delineiam semelhanças com um ‘modelo convencional’ de masculinidade. Para Antônio, ser reconhecido como homem está associado ao pertencimento coletivo e a ser aceito:

“Eu estou em um campo de passabilidade onde, ao menos nos ambientes de trabalho, isso me deixa um pouco mais seguro, ser tratado de igual para igual. Às vezes eu vejo homens falando comigo coisas que eles jamais falaria para uma mulher, entendeu? [...] eu me sinto feliz de estar nesse lugar de ver um homem compartilhando de igual para igual” (Antônio – entrevista – 2021).

Pesquisas com homens trans identificam que a passabilidade, como o reconhecimento social dos sujeitos enquanto pertencentes ao gênero masculino, possibilita novas e diferentes respostas sociais após a transição de gênero (Boffi; Santos, 2024), sendo percebido como uma possibilidade de ‘calmaria’ (Boffi; Barbosa; Hasse, 2025), de poder ‘sumir na multidão’, uma espécie de “direito à indiferença” (Almeida, 2012). Ser “*tratado de igual para igual*” é uma ação percebida a partir da sociabilidade estabelecida com outros homens: “*Às vezes eu vejo homens falando comigo coisas que eles jamais falaria para uma mulher, entendeu?*”. Isso envolve a segurança no ambiente de trabalho, local que, por vezes, representa espaço “de opressão e humilhação para pessoas trans” (Boffi; Barbosa; Hasse, 2025, p. 7) caso a leitura social cisgênera não seja suficiente para protegê-los. Nesse caso, sentem-se vulneráveis e raramente as situações transfóbicas são denunciadas, “já que as vítimas não podem arriscar seus empregos”.

“[...] Então, eu sempre vou querer estar me adequando a uma identidade masculina, não que eu vou querer ser macho escroto. Às vezes eu repreendo eles. Mas isso deles me colocarem nesse local de igualdade, isso me torna um pouco mais confortável, eu acho que posso dizer seguro, entendeu?” (Antônio – entrevista – 2021).

Antônio destaca a questão do reconhecimento social de gênero como elemento de segurança, mas também de credibilidade. Ser passável é importante, mas ser reconhecido entre os homens parece um elemento de satisfação pessoal. A narrativa de Antônio também nos possibilita pensar na constituição social de múltiplas masculinidades ao falar do “*macho escroto*” e de como ele deseja se diferenciar desse modelo, repreendendo os colegas de trabalho. Destacamos, assim, que a construção subjetiva de um gênero singular envolve não apenas relações de negação ou distanciamento do feminino, mas negociações e disputas entre masculinidades. Essa perspectiva trazida por Antônio se alinha aos estudos sobre masculinidades, reconhecendo que essa forma de subjetividade partilhada e negociada socialmente significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos (Kimmel, 1998), se tratando menos de um “pot-pourri de identidades e estilos de vida” (Connell, 1995, p. 188), o que nos conduz a pensar nas

relações de poder envolvidas nos processos de constituição de masculinidades em relação a outras e a si mesmas. Uma masculinidade não é, portanto, “uma essência constante e universal”, mas sim “um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança” (Kimmel, 1998, p. 106). Estar sempre querendo “*se adequar a uma identidade masculina*”, como propõe Antônio, sugere que uma forma particular de masculinidade é um projeto perseguido ao longo do tempo, sujeito a reviravoltas e atravessamentos com instituições sociais (como família, escola e ambiente de trabalho) e diferentes forças culturais (meios de comunicação, discursos religiosos, lutas feministas, etc.) (Connell, 1995, p. 190).

É importante salientar que ‘ser passável’ pode configurar uma estratégia normativa cisgênera, pautada no pressuposto de que todas as pessoas precisam ser reconhecidas como tal no âmbito de uma gestão farmacopornográfica e capitalista da vida em seus processos biomoleculares e semiótico-técnicos da subjetividade (Preciado, 2018). Entretanto, considerando que existências femininas e masculinas são “ideais biopolíticos” que envolvem “estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis” que levam os indivíduos a se afirmarem como masculino ou feminino, cis ou trans (Preciado, 2018, p. 112), discutimos a passabilidade como modo de pessoas trans obterem conforto, proteção e reconhecimento a partir do gênero que desejam. Como já mencionamos, a passabilidade corporal, sozinha, não é garantia de segurança, mas pode se constituir como via de existência e de resistência. O fato de não ter seu gênero questionado, de se sentir pertencente, parece livrar Antônio do estigma depreciativo a que frequentemente as pessoas trans estão expostas.

Se as pessoas trans acionam a passabilidade em busca de alguma vantagem, é porque elas vivem submetidas a relações de poder que produzem desigualdades decorrentes da cis-heteronormatividade. Logo, a passabilidade torna-se uma ‘armadura de proteção’ que pode ser capaz de garantir o trânsito social das pessoas trans, livre dos ataques transfóbicos. No episódio do banheiro, João citou o medo que sentiu ao ouvir um homem interditando a entrada de uma mulher e a nomeando de ‘*sapatão*’. Ele chegou a imaginar que poderia ser agredido, se fosse reconhecido como um homem trans. Há também uma situação que João narra na qual encontramos a passabilidade associada ao machismo, ao privilégio de ser reconhecido homem e usufruir de algumas vantagens:

“[...] Porque, primeiro, na fila do domingo nos supermercados ou nos açougues, sempre os machões estavam lá comprando carne para fazer o churrasco e eles são sempre os primeiros da fila [...]. Se você observar, você vai perceber que eles estão sempre ali na frente e as senhorinhas atrás. Quando eu ia ao supermercado, eu era o último a ser atendido, depois que eu comecei a ficar passável, eles me chamavam lá atrás e perguntavam o que eu queria. [...] Ah meu grande chefe, o que tu quer? Eu lá atrás e um monte de gente na minha frente. Na UFMA, a mesma coisa” (João – entrevista – 2021).

A narrativa de João nos faz pensar que ser passável, reconhecido como homem, no caso, como homem cis, concede certas ‘vantagens sociais’ (Boffi; Santos, 2024, p. 14). O “reconhecimento visual binário da masculinidade” pode contemplar alguns homens trans “com a possibilidade de receberem certas benesses e vantagens sociais destinadas aos homens como um todo”. Porém, elas vêm acompanhadas de maiores exigências sociais sobre o que se espera de um homem. Como argumentam Letícia Boffi e Manoel dos Santos (2024, p. 6), esses não seriam ‘privilégios’, mas ‘vantagens’ que as leituras sociais possibilitam a sujeitos vulnerabilizados, as quais são ‘distribuídas’ considerando-se que as experiências transmasculinas são “circunscritas com outros marcadores sociais de diferença”. Ser reconhecido entre “os machões” que vão fazer o ‘churrasco de domingo’, como o “grande chefe”, algo que se associa comumente aos homens cis, foi uma ‘vantagem’ na perspectiva de João: ele pode ‘furar a fila’ e ser atendido mais rapidamente em função de sua passabilidade, ainda que isso tenha representado uma permissão social atrelada a desvantagens para as mulheres que também estavam ali, à espera de serem atendidas.

Connell (1995) problematiza esse processo em que, de modo geral, os homens se beneficiam de ‘dividendos patriarcais’, obtendo vantagens como renda superior em relação às mulheres, ocupação de cargos de liderança e de cargos políticos, entre outras. Há, no entanto, diferentes formas de ‘ganhar’ esses benefícios, se considerarmos a interseccionalidade com raça, deficiência, orientação sexual, entre outros. Assim, a generalização de que homens, como grupo, não são oprimidos pode ser colocada sob suspeita no atravessamento com outras questões que podem retirar ou acrescentar mais ou menos vantagens. Em sua pesquisa, Letícia Boffi e Manoel dos Santos (2024) designam como transmasculinidades subordinadas-cúmplices aquelas que podem resgatar certas ‘vantagens’ desses ‘dividendos patriarcais’ diante da subordinação das mulheres, tais como poder se deslocar com maior segurança em via pública, em se tratando de homens trans brancos (quando comparada à leitura social feminina anterior à

transição), direito de fala, relacionado com a maior possibilidade de se expressar de forma agressiva, e o afastamento de tarefas domésticas em alguns contextos. Com a narrativa de João observamos que as possíveis vantagens decorrentes da leitura social de seu corpo como masculino envolvem o recurso à hormonização:

“[...] Quando eu transicionei, que eu comecei a fazer hormonioterapia, que eu comecei a ficar mais passável, a passabilidade começou a ficar gritante, de ninguém mais estar errando o nome, [...] ninguém me tratava no feminino, eu já conseguia me beneficiar do machismo estrutural, já conseguia me sentir, entre aspas, “seguro dentro da universidade” até ninguém saber da minha identidade de gênero. Então, de 2018, assim... Eu tenho de vida, assim, o momento de 2016, na metade de 2016 para 2017, foi um momento bem difícil porque era um período de transição e de 2018 para frente foi a minha melhor época na universidade. Porque eu conseguia ser invisível, conseguia ser só mais um menino nos corredores” (João – entrevista – 2021).

Para homens trans “ser invisível” pode constituir uma ‘vantagem’. O ‘direito à indiferença’ (Almeida, 2012), a possibilidade de “ser só mais um menino nos corredores”, nos mostra como a transfobia, enquanto produto da cisheteronorma, pode precarizar as vidas dessas pessoas. Um privilégio cisgênero de “ninguém errar o nome”, de “ninguém tratar no feminino” traz segurança. O uso de testosterona possibilitou a João “se beneficiar do machismo estrutural” ao torná-lo próximo fisicamente das expectativas sociais de como se deve ‘parecer’ um homem. “Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas, significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (Almeida, 2012, p. 519).

Transicionar, para João, é um processo relacionado com a hormonização. Ela lhe dá segurança para permanecer na universidade. Se o período da transição foi “*difícil*”, após os efeitos da testosterona se estabilizarem, ele viveu a “*melhor época*” na universidade. “Com os hormônios, a passabilidade pode se materializar corporalmente” (Boffi; Santos, 2024, p. 4), tornando o acesso a eles, em muitos casos, uma importante demanda, tanto do ponto de vista da saúde psíquica quanto socioeconômica, já que pode envolver o apoio econômico da família, a manutenção do emprego e o acesso ao processo de hormonização pelo sistema público de saúde.

‘Mudar a aparência’, a leitura social generificada do corpo, pode se constituir uma ação que flerta com os sentidos culturais normativos de masculinidade, que se expressa pela musculatura, pela existência de barba e pelos pelo corpo, pela alteração da voz, por exemplo, mas também pode representar um ato de resistência ao sistema

farmacopornopolítico contemporâneo, como propõe Preciado (2018, p. 18): “[n]ão tomo testosterona para me transformar em um homem, nem sequer para transexualizar meu corpo. Tomo simplesmente para frustrar o que a sociedade quis fazer de mim”, acrescentando uma “prótese molecular à minha identidade transgênero *low-tech*”. O filósofo teve um “professor hacker de gênero” que primeiro lhe presenteou com testosterona, em meio a amigos que tomavam hormônios de diversos modos: seguindo o protocolo médico, traficando, se automedicando, sem se identificar como “disfóricos de gênero” e sim como “*hackers* de gênero” (Preciado, 2018, p. 59). Reconhecendo-se nessa categoria, Preciado (2018, p. 59) se autodenomina como “usuário *copy-left*: consideramos hormônios sexuais como bio-códigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias farmacêuticas”.

No contexto brasileiro, como aponta a pesquisa de Simone Ávila (2014, p. 130), um recurso pode ser o aprendizado sobre a hormonização a partir da Internet, de sites médicos e das indústrias farmacêuticas e de sites, blogs e canais no YouTube de outros homens trans, nos quais eles “compartilham suas experiências e dão dicas sobre como usar a testosterona para ter o corpo mais masculino”. Nesses vídeos, os homens trans mostram, com orgulho, as conquistas corporais decorrentes do uso da testosterona, que lhes dá uma aparência mais próxima ao gênero masculino desejado. “Esta construção corporal lhes dá sentido de pertencimento ao tão desejado mundo masculino, é a expressão de sua masculinidade, é sua materialidade” (Ávila, 2014, p. 211). Entretanto, retomando as discussões dos estudos de masculinidades, entendemos que tornar-se homem, assumir certas formas de masculinidade e as marcas delas nos corpos, não é um procedimento médico-farmacêutico apenas, ou seja, não são os caracteres biológicos que conferem masculinidade a um corpo, é a leitura cultural que fazemos desses caracteres.

As narrativas de João e de Antônio lançam a hipótese de que homens trans passáveis podem, em alguns contextos e situações, passar ilesos à transfobia e ainda usufruir de algumas vantagens produzidas pelo machismo. Trata-se de uma vantagem de homens trans passáveis e privilégio dos homens cisgêneros (Boffi; Santos, 2024), enquadrados nas construções de gênero pautadas na estética masculina, que tornam esses homens invisíveis aos processos de transfobia, por exemplo. São privilégios relacionados aos atos a partir dos quais os sujeitos assumem a binaridade de gênero como modo de expressar e materializar suas subjetividades. As vantagens da passabilidade, nesse caso, estão associadas a determinadas leituras que se fazem dos corpos masculinos. Ser homem

é estar à frente, [...] *os homens têm aquela história de gado né? De lobo, eles estão ali, homens se protegem né?* (João – entrevista – 2021).

Letícia Boffi e Manoel Santos (2024) argumentam que a passabilidade pode garantir aos homens trans certas vantagens na sociedade heteropatriarcal, as quais se distribuem de diferentes modos entre as múltiplas experiências transmasculinas, sobretudo em função da intersecção com outros marcadores sociais de diferença, como raça. Como apontam as narrativas de João e Antônio, eles desfrutam de certos benefícios em função de sua passabilidade. Os participantes da pesquisa de Boffi e Santos (2024) apontam, por exemplo, poder deslocar-se com maior segurança em via pública do que quando seus corpos eram lidos como femininos – ao menos os homens trans brancos. Portanto, estariam menos expostos às violências, com exceção das situações em que suas identidades de gênero são ‘reveladas’, ou seja, quando são lidos como homens trans. Analisamos que a proximidade ao modelo binário normativo de gênero, mesmo que não intencional, confere benefícios. Entretanto, o fantasma da incongruência com a norma permanece como seu exterior constitutivo (Butler, 2003). O próprio contexto da pesquisa, a partir do qual João e Antônio narram suas experiências, possibilita a eles se defrontarem com esse sistema e colocar sob análise as implicações da passabilidade e da binaridade de gênero. Há vantagens, mas também cobranças: no mesmo ‘pacote’ temos as exigências sociais do que se espera de um homem modelo (Boffi; Santos, 2024).

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos apresentar algumas das narrativas de estudantes transmasculinos produzidas para uma pesquisa de doutorado e como elas nos possibilitam dialogar com um campo de estudos que vem problematizando os modos como as experiências dos indivíduos são marcadas e atravessadas pelas regulações de gênero. Realizar a pesquisa fez com que a professora-pesquisadora se constituísse de modo a acentuar sua disponibilidade para a escuta e para o diálogo. Além disso, possibilitou enxergar a universidade como um espaço de múltiplas tensões e disputas associadas aos processos de constituição dos sujeitos. A professora-pesquisadora não apenas passou a legitimar tais discussões em suas atividades docentes, como transformou seu modo de olhar para a instituição de ensino superior da qual faz parte, produzindo questionamentos que mudaram sua relação com os/as estudantes.

Aprendemos com Antônio e João, estudantes da UFMA, que seus processos de constituição enquanto homens trans com a universidade perpassam tomá-la como lugar

de aprendizado sobre quem se é, de acolhimento e de alianças. As narrativas desses estudantes não reconhecem a universidade apenas como lugar de exclusão e violência, talvez em função da passabilidade de seus corpos. Essa pode ser uma ‘vantagem social’ de corpos transmasculinos passáveis: poder transitar pela universidade como um lugar seguro. Isso nos faz pensar que as condições para acessar, permanecer e concluir os estudos universitários pode ser diversa entre estudantes cis e trans e mesmo entre estudantes trans, considerando as condições específicas vinculadas ao gênero, à raça e outros fatores.

O medo de sofrer ataques e a consciência de que eles existem, que são reais, conduzem os sujeitos a produzir estratégias para evitá-los, como a passabilidade. A ‘armadura’ da masculinidade parece protegê-los, ainda que de forma precária, já que ela pode se desmontar caso algum evento denuncie a sua transgeneridade. Se, por um lado, a universidade pode representar um espaço de interdição e/ou de violências, por outro lado, há também narrativas que indicam a universidade como um espaço de acolhimento, de microalianças e de constituição de si. Existiram casos de transfobia e de interdições, mas existiram também espaços de produção de subjetividades, reconhecimento e legitimação de corpos que subvertem a cis-heteronormatividade.

Para além de um espaço de produção de conhecimento, a universidade se torna um espaço de produção de si, de autoconhecimento, de alianças e até de mobilizações estabelecidas pela presença de um corpo trans que luta para ser reconhecido. Aqui podemos observar como a universidade contribui para um processo de constituição de si e como a produção do conhecimento se materializa em estratégias elaboradas para que seja possível viver uma vida o mais distante possível da transfobia. Quando João diz que os/as geógrafos/as sabem se localizar e que, através da Geografia, ele faz uma análise espacial dos lugares mais seguros para se instalar, nota-se como a universidade pode produzir sujeitos. Antônio também aloca a universidade nesse espaço de produção de si. Ele ressalta o fato de que ‘o Antônio’ nasceu na UFMA. Formas singulares de masculinidades foram forjadas na relação com a universidade.

Referências

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade de despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud & Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 380-407, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/bvJMJJtLDKm3387YtgS54bw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ÁVILA, Simone N. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129050/329117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOFFI, Letícia C.; SANTOS, Manoel A. dos. Transmasculinidades plurais: vantagens e exigências sociais da masculinidade nas narrativas de homens trans. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 36, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/L6SKf9p6CThYGbrRQChSqsC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BOFFI, Letícia C.; BARBOSA, Luiza M. F.; HASSE, Mariana. “Você tem que aprender a viver e isso dói”: experiências e percepções de violências vividas por homens trans. *Interface*, Botucatu, v. 29, sup. 1, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/4kmMsfJZ5pQLBBkhDYvsJnx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CONNELL, Rayween W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Ditos & Escritos V. 2 ed. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT*. Tese (Doutorado em Psicologia). 2010. 194f. Brasília, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8042/1/2010_JaquelineGomesdeJesus.pdf.

Acesso em: 15 jul. 2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz>.

Acesso em: 13 jul. 2025.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Trad. Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEITE, Márcia P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre *como* fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 17-24.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PRECIADO, Paul B. *Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Trad.: Maria Paula G. Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. Davi Giordano e Helder Thiago Maia. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 7, n. 20, p. 1-5, abr. 2019. Disponível em: https://performatus.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Paul-Preciado_ed20_eRevistaPerformatus.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). *Crítica Cultural*, Palhoça, v. 14, n. 2, p. 209-221, jul./dez. 2019. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/8133. Acesso em: 15 jul. 2025.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20->

[%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%200genero%20inconformes.pdf](#). Acesso em: 20 mai. 2025.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.